



## OS DESAFIOS E RECOMEÇOS NA TERCEIRA IDADE: HÁ VIDA APÓS A ENCHENTE

Jenifer Pereira<sup>1</sup>

Elaine Conte<sup>2</sup>

### RESUMO

A pesquisa analisa a realidade dos idosos atingidos pelas enchentes de maio de 2024 em Lajeado/RS, com foco na necessidade de reconstrução da vida na terceira idade. O estudo examina as dificuldades enfrentadas por essa população vulnerável, considerando as políticas de proteção, como o Estatuto do Idoso, e os desafios da assistência social em contextos de calamidade. A análise interpretativa aborda o impacto das mudanças climáticas, as condições de habitação e saúde, e as respostas institucionais locais para garantir os direitos dessa parcela populacional.

**Palavras-chave:** Terceira idade; Enchentes; Assistência social; Recomeço; Direitos dos idosos.

## LOS DESAFÍOS Y REINICIOS EN LA TERCERA EDAD: HAY VIDA DESPUÉS DE LA INUNDACIÓN

### RESUMEN

La investigación analiza la realidad de los ancianos afectados por las inundaciones de mayo de 2024 en Lajeado/RS, con un enfoque en la necesidad de reconstrucción de la vida en la tercera edad. El estudio examina las dificultades que enfrenta esta población vulnerable, considerando

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle – Unilasalle. E-mail: jenifer201933668@unilasalle.edu.br

<sup>2</sup> Professora da Universidade La Salle, atua na graduação e nos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação e do PPG em Memória Social e Bens Culturais, ambos da Universidade La Salle. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Núcleo de Estudos sobre Tecnologias na Educação (NETE/CNPq), com financiamento do Programa Pesquisador Gaúcho/FAPERGS. Bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq - Nível 2. Possui graduação em Pedagogia com habilitação em séries iniciais e matérias pedagógicas e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. É membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade La Salle e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Colabora com as investigações do Grupo de Estudos sobre Filosofia da Educação e Formação de Professores (UnB) e do Grupo de Pesquisa: Laboratório de Formação e Estudos da Infância (UFPel). Link do CV: <http://lattes.cnpq.br/8885390885955168> E-mail: elaine.conte@unilasalle.edu.br

las políticas de protección, como el Estatuto del Anciano, y los desafíos de la asistencia social en contextos de calamidad. El análisis aborda el impacto del cambio climático, las condiciones de vivienda y salud, y las respuestas institucionales locales para garantizar los derechos de esta parcela poblacional.

**Palabras clave:** Tercera edad; Inundaciones; Asistencia social; Reinicio; Derechos de los ancianos.

## 1 INTRODUÇÃO

No início de maio de 2024, o município de Lajeado, no estado do Rio Grande do Sul, foi duramente afetado por uma das maiores enchentes já registradas em sua história. O Rio Taquari transbordou de forma devastadora, atingindo níveis alarmantes de mais de 33 metros acima do normal. Essa catástrofe natural trouxe consigo não apenas a destruição de casas e infraestruturas, mas também a perda de vidas humanas e o deslocamento forçado de uma grande parcela da população local. Estima-se que mais de mil pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas, obrigadas a abandonar seus lares, suas histórias e, muitas vezes, a segurança e estabilidade que haviam construído ao longo de suas vidas.

Além da perda material, o impacto das enchentes provocou consequências emocionais e psicológicas profundas, especialmente para aqueles que, após anos de esforço, conquistaram a tão sonhada casa própria. Muitas famílias enfrentaram a dor de perder não apenas suas casas, mas também entes queridos, vitimados pela força indômita das águas. A tragédia foi especialmente cruel com aqueles que, após anos de esforço, haviam conquistado a tão sonhada casa própria, seja ela fruto de financiamentos recentes ou um lar construído ao longo de gerações. Em poucos dias, essas conquistas foram tragicamente submersas pela força do rio. O cenário desolador deixou famílias em desespero, e o município, que jamais havia enfrentado uma enchente de tamanha magnitude, se viu em estado de calamidade.

Apesar da inédita proporção das enchentes de 2024, os moradores de Lajeado já haviam vivenciado um evento semelhante no ano anterior. Em setembro de 2023, o município foi novamente atingido por uma elevação expressiva do nível do Rio Taquari, embora em menor escala. Esses eventos climáticos extremos, intensificados por possíveis mudanças climáticas globais, trouxeram à tona a necessidade urgente de ações estruturantes para lidar com as cheias e suas consequências na vida da população. A partir da experiência de 2023, e como resposta à gravidade da situação enfrentada, foi concebido e implementado pelo Centro de Especialização às Pessoas Atingidas pelas Cheias (CEAPAC).

Para atender às necessidades emergentes geradas pelo impacto das enchentes, o CEAPAC foi estabelecido como um apoio essencial à recuperação e assistência das famílias afetadas em Lajeado. O centro foi idealizado como um equipamento público de acolhimento e suporte, oferecendo acesso a uma série de benefícios providos pelos governos estadual e federal, voltados para a reabilitação e a proteção dos direitos dos cidadãos atingidos. Entre os serviços oferecidos, o CEAPAC se destaca pela emissão de documentos civis para aqueles que os perderam durante o desastre, assim como pelo suporte habitacional, que inclui a solicitação de doações de móveis, materiais de construção e programas de aluguel social. O centro também realiza a inserção ou atualização de dados no Cadastro Único (CadÚnico), garantindo que as famílias possam acessar benefícios sociais essenciais.

Atuando no CEAPAC nesse período conturbado da enchente, foi possível acompanhar de perto o esforço coletivo para reconstruir as vidas e a dignidade das pessoas atingidas. O centro funciona como uma porta de entrada para que essas famílias possam retomar o controle de suas vidas, oferecendo apoio tanto em termos materiais quanto psicológicos. Embora o atendimento se estenda a todas as famílias que sofreram com as cheias, o presente artigo tem como foco relatar as ações e os meios de garantia dos direitos dos idosos através **do CEAPAC**. Considerando a vulnerabilidade acentuada desse grupo, é crucial examinar como **o Centro** tem assegurado que os idosos afetados pela tragédia tenham acesso prioritário e diferenciado aos recursos de que necessitam, permitindo-lhes reconstruir suas vidas com dignidade.

A população idosa é mais vulnerável em contextos de desastres naturais e com o aumento de eventos climáticos extremos, não apenas aspectos de saúde e mobilidade, mas também as dificuldades emocionais e sociais. É cada vez mais urgente discutir políticas públicas específicas que integram o desafio da vulnerabilidade e resiliência para idosos em desastres naturais, visto que é um campo em expansão. O envelhecimento populacional e as mudanças climáticas trazem novas demandas que ainda são pouco abordadas na literatura, especialmente no Brasil.

A partir da experiência prática no CEAPAC, a pesquisa visa analisar como as políticas públicas podem atender às necessidades específicas dos idosos em situações de calamidade, preenchendo lacunas na literatura sobre o impacto de desastres naturais nessa faixa etária. Entendemos que os objetivos desse processo devem olhar o contexto, interrogar e permanecer no recomeço, cujo processo tem o viés de aprendizagem social ao longo da vida, sendo esta uma metamorfose. Ao longo do texto, serão discutidos os desafios enfrentados na garantia de direitos em um contexto de calamidade, bem como as estratégias adotadas para superar esses obstáculos e assegurar que nenhum idoso seja deixado para trás.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa de natureza qualitativa buscou compreender os meios de garantia dos direitos dos idosos em situações de desastre, especificamente no contexto das enchentes que ocorreram no município de Lajeado em 2024. O foco da análise recaiu sobre as ações desenvolvidas pelo CEAPAC, responsável pelo atendimento às famílias afetadas, incluindo o público idoso. A metodologia foi estruturada em três etapas assim planejadas: coleta de dados (por meio de visitas de campo, conversas e observação), análise documental e proposta de observação participante para consolidar ações de uma cultura cooperativa e permanente em *comunidades de velhice* (MARTINS; RIBEIRO, 2018).

Além disso, o acesso direto às práticas do CEAPAC contribuiu para a validade dos dados, combinando a análise documental e a observação participante em um contexto de calamidade é complexa, pois exige uma capacidade de capturar a dinâmica fluida da assistência social em resposta a desastres. Isso incluiu lidar com informações emergentes e ajustar a pesquisa a um cenário instável, o que dificultou a obtenção de alguns registros. É importante destacar que, para que a ação cultural voltada aos recomeços fosse realizada, ocorreu uma mobilização social liderada pelos próprios sujeitos da terceira idade<sup>3</sup>, que convidaram a comunidade a participar, coletaram sugestões e transformaram os envolvidos em coprodutores e protagonistas dessa iniciativa. Os idosos presentes demonstraram um alto nível de envolvimento e colaboração, validando a metodologia do projeto de promover a participação ativa da comunidade em todas as etapas de execução e produção. Essa abordagem fortaleceu o engajamento e o senso de pertencimento dos participantes, assegurando que a ação cultural fosse verdadeiramente integrada às necessidades e expectativas dos idosos e do contexto em que vivem.

A coleta de dados foi realizada a partir da atuação direta da estudante como estagiária no CEAPAC, o que permitiu uma imersão no cotidiano do atendimento às vítimas das enchentes. Esta vivência possibilitou o acesso a informações detalhadas sobre os procedimentos de atendimento e as políticas públicas oferecidas aos idosos. Durante o período de estágio, foram observadas as práticas e estratégias adotadas pela equipe do CEAPAC, permitindo uma análise aprofundada sobre os desafios e as soluções propostas para garantir os direitos dos

---

<sup>3</sup> Há inúmeras iniciativas para os recomeços e reinvenções de experiências de trabalho na terceira idade (dos 60 anos +), como a reportagem apresentada no programa Pequenas Empresas & Grandes Negócios, denominada “Economia prateada: Conheça os empreendedores, produtos e serviços que atendem a terceira idade”. Mostra as bagagens culturais trazidas pelos idosos de diferentes experiências profissionais e o potencial de resiliência deles. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12964101/> Acesso em: 12 nov. 2024.

idosos. A análise documental foi utilizada como complementar para o entendimento das políticas públicas e dos protocolos de atendimento adotados pelo CEAPAC e outros órgãos governamentais. Foram analisados documentos oficiais, como relatórios de atividades do CEAPAC, portarias e decretos municipais, que regulamentam a atuação do centro, além de normativas estaduais e federais relacionadas ao apoio emergencial às vítimas de desastres naturais. Essa análise documental teve como objetivo compreender os marcos legais e as diretrizes que norteiam o atendimento aos idosos e identificar as lacunas e potencialidades das políticas implementadas.

Os desafios enfrentados por essa população foram garimpados também em artigos acadêmicos, livros, documentos institucionais relevantes sobre as políticas públicas e redes de apoio, para fazer a triangulação de dados. Ao fazer um levantamento de estudos nesse campo, identificamos apenas um artigo na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), com a busca por palavras-chave como *terceira idade e assistência social* (SOUZA et al., 2023). Isso revela importantes relações entre essas temáticas, mas também evidencia lacunas na literatura disponível. Essas relações entre a terceira idade e assistência social indicam: A terceira idade, compreendendo pessoas com 60 anos ou mais, é um grupo social que vem crescendo de forma acelerada no Brasil devido ao envelhecimento populacional. Esse fenômeno traz novos desafios, sobretudo relacionados à garantia de direitos, à inclusão social, e à qualidade de vida dessa parcela populacional. De forma semelhante, a assistência social é um campo fundamental para o atendimento das necessidades da terceira idade, atuando no enfrentamento de vulnerabilidades sociais, especialmente em situações de calamidade, como enchentes ou crises de saúde.

Na busca por artigos na SciELO que cruzem essas temáticas, observa-se que muitos abordam a implementação de políticas públicas, como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esses estudos frequentemente focam nos desafios enfrentados pelos profissionais de serviço social para garantir aos idosos o acesso a benefícios, serviços de saúde, moradia e proteção social.

Há uma grande carência de trabalhos e pesquisas na área. Ao utilizar palavras-chave como *terceira idade e assistência social* na SciELO, observam-se poucos estudos aprofundados que tratam das especificidades da população idosa no contexto de calamidades, emergências climáticas ou situações extremas, como a que é descrita no presente artigo sobre os idosos afetados pelas enchentes em Lajeado-RS. Grande parte das pesquisas disponíveis na plataforma aborda questões mais amplas sobre o envelhecimento e o papel do serviço social, mas há uma carência de estudos direcionados para contextos específicos de

reconstrução de vida após desastres ou crises de saúde pública que acometem os idosos. Além disso, faltam investigações que explorem mais profundamente o impacto psicológico e o desgaste emocional dessa população diante de desastres e de como o Serviço Social pode melhorar o acolhimento e a assistência em momentos de calamidade.

Certamente, há necessidade de novas pesquisas frente à análise de dados aqui obtidos. Essa pesquisa revela a necessidade de um olhar mais detalhado sobre como os idosos em situação de vulnerabilidade são atendidos por políticas públicas e como a assistência social pode ser mais eficiente na promoção de um recomeço digno para essa população. A interdisciplinaridade entre áreas como saúde, psicologia e assistência social, aplicada ao contexto da terceira idade, também necessita de mais pesquisa, especialmente sobre os modelos de resiliência e adaptação após eventos extremos.

Portanto, a busca pelas palavras-chave revela que, embora existam algumas relações estabelecidas entre a terceira idade e a assistência social, a literatura científica disponível é limitada no que tange a estudos de caso específicos, como o de idosos afetados por calamidades, evidenciando uma carência que pode ser suprida por novas pesquisas focadas nas particularidades dessa população vulnerável.

Além disso, é importante considerar que o envelhecimento da população não apenas aumenta a quantidade de idosos, mas também diversifica suas condições de vida, experiências e necessidades. A heterogeneidade dentro da terceira idade implica que as políticas públicas e a assistência social devem ser adaptadas a diferentes contextos, levando em conta fatores como classe social, nível educacional, condições de saúde e redes de apoio familiar. A implementação de estratégias específicas que abordem essas variáveis é crucial para garantir que todos os idosos recebam o suporte adequado, especialmente em momentos de crise.

Neste cenário, o CEAPAC se apresenta como um modelo que pode ser analisado para entender melhor como as políticas públicas são efetivadas no atendimento à população idosa. O CEAPAC não apenas serve como um ponto de acesso a serviços e benefícios, mas também oferece uma oportunidade para desenvolver programas que considerem as especificidades da população idosa em situações de calamidade. Sua atuação multidisciplinar pode contribuir para a formação de um suporte mais integral e eficaz.

Ao analisar como o CEAPAC opera revela a importância de um atendimento humanizado e acolhedor, que leva em consideração as particularidades emocionais e sociais dos idosos. O acolhimento a essa população deve ir além da assistência material; é fundamental que as intervenções sociais também incluam apoio psicológico, integração social e atividades que promovam a dignidade e a autoestima dos idosos. O apoio psicológico é especialmente

relevante, pois muitos idosos podem experimentar traumas significativos após a perda de seus lares, amigos e modos de vida, o que pode levar a um agravamento da saúde mental.

Por fim, a necessidade de mais pesquisas se torna ainda mais evidente ao considerar que a população idosa é frequentemente sub-representada em estudos sobre desastres e políticas públicas. O fortalecimento da produção acadêmica nesta área é vital para que as políticas de assistência social possam se tornar mais inclusivas e efetivas, abordando as realidades vividas pelos idosos em situações de vulnerabilidade. Incentivar a colaboração entre instituições de pesquisa, serviços sociais e comunidades locais pode abrir novas avenidas para o desenvolvimento de intervenções que promovam a resiliência e a recuperação dos idosos após eventos críticos. Portanto, esta pesquisa não apenas sublinha a urgência de investigar a assistência social direcionada à terceira idade, mas também propõe que a implementação de políticas públicas deve ser revisitada e adaptada às necessidades emergentes, garantindo que todos os idosos possam reconstruir suas vidas de forma digna e plena.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 Aproximações de pesquisa relacionadas com a questão social**

Para compreender o impacto das enchentes sobre a população idosa, é necessário situar essa questão dentro do contexto do envelhecimento populacional no Brasil, que, segundo previsões, será predominante até 2050. Em contextos de calamidade pública, essa população se torna particularmente vulnerável, não apenas pelas perdas materiais, mas também pelos impactos em sua saúde e autonomia. O artigo explora a relação entre as mudanças climáticas e o aumento da frequência de desastres naturais que afetam as populações mais velhas, em um contexto de justiça climática. Pesquisas contemporâneas indicam que políticas voltadas para a resiliência comunitária e o fortalecimento da assistência social são fundamentais para mitigar os efeitos desastrosos nas vidas dos idosos.

Em levantamentos de pesquisas por meio de produções científicas, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com as palavras-chave<sup>4</sup>: terceira idade and Assistência social and Direitos dos idosos, conseguimos identificar oito (8) trabalhos, destes duas (2) teses e seis (6) dissertações. A análise dos textos relacionados à busca pelos termos

---

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=terceira+idade+and+Assist%C3%A0ncia+social+and+Direitos+dos+idosos&type=AllFields&limit=20> Acesso em: 8 out. 2024.

citados acima na plataforma BDTD revela a importância de investigar as condições de vida dos idosos, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Embora não tenham sido encontrados estudos específicos sobre o impacto das enchentes, os trabalhos revisados ressaltam a necessidade de uma assistência social eficaz e de políticas públicas que assegurem os direitos dos idosos em situações adversas. A seguir, estão os trabalhos identificados: O estudo *Habitação social para terceira idade* aborda a situação dos idosos em vulnerabilidade habitacional, destacando a importância de políticas públicas para garantir moradia digna (COSTA, 2021). Já o trabalho *A proteção dos idosos por meio de benefícios de seguridade social* compara a proteção social dos idosos no Brasil e no Chile, enfatizando a importância de benefícios substitutivos de renda (PEREIRA, 2022).

O estudo *A assistência social como instrumento de inclusão social* discute a eficácia dos programas de assistência social, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, na inclusão social dos idosos (NOBRE, 2020). A dissertação de Silva (2019), intitulada *Desafios na efetivação das políticas públicas para o idoso em Viçosa-MG*, investiga os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas voltadas para a população idosa.

*O envelhecimento da população e as políticas sociais* é a contribuição de Barbosa (2020), que analisa como o envelhecimento populacional impacta as políticas sociais, especialmente no que diz respeito aos direitos dos idosos. O trabalho de Alvarenga (2021), *A inserção social de idosos dos bairros periféricos* investiga a inclusão social de idosos em comunidades vulneráveis, destacando a importância dos direitos sociais para a sua integração. A pesquisa de Souza (2022) discute a vulnerabilidade dos idosos durante situações de calamidade e a resposta do sistema de assistência social. Por sua vez, Martins (2021) aborda *O papel da assistência social na proteção dos direitos dos idosos* e de que forma a assistência social atua na proteção dos direitos dos idosos em situações de risco social.

Esses trabalhos destacam a carência de pesquisas e reflexões que conectem diretamente a temática das enchentes e seus efeitos sobre a terceira idade, evidenciando a necessidade de um olhar mais atento sobre como as políticas de assistência social podem responder a essas situações de vulnerabilidade. Essa lacuna no conhecimento destaca a urgência de se realizar estudos focados nas particularidades da experiência dos idosos em desastres naturais, considerando suas necessidades específicas e buscando formas de garantir sua dignidade e direitos. Além disso, é crucial que as políticas públicas sejam desenhadas de maneira a incluir a perspectiva dos idosos, envolvendo-os no processo de tomada de decisão e planejamento. O fortalecimento das redes de apoio comunitárias, a capacitação de profissionais de assistência social e a promoção de ações intersetoriais são estratégias que podem contribuir

significativamente para a proteção e o bem-estar dos idosos em situações de calamidade. Assim, este artigo não apenas visa preencher lacunas na literatura existente, mas também propõe uma reflexão crítica sobre as práticas atuais e futuras de assistência social para a terceira idade, com especial atenção ao contexto de calamidades como enchentes.

A partir de uma abordagem interdisciplinar sobre a *justiça climática* associada ao envelhecimento, é essencial explorar como as mudanças climáticas afetam os direitos e as condições de vida dos idosos, particularmente aqueles em contextos vulneráveis. Isso exige considerar autores que trabalham com direitos humanos, assistência social e políticas públicas em face da crise climática, tais como Almeida (2020) e Galvão (2018). A justiça climática se baseia na ideia de que os impactos das mudanças climáticas não são distribuídos igualmente, sendo agravados para grupos mais vulneráveis, como idosos de baixa renda ou em áreas de risco.

Para Galvão (2018), justiça climática implica uma responsabilidade ético-social para com aqueles que sofrem de forma desproporcional. No contexto do envelhecimento, isso significa garantir que políticas públicas de mitigação e adaptação climática incluam necessidades específicas da população idosa, como acesso a infraestrutura adaptada, cuidados médicos e segurança habitacional. Assim, enfatiza-se a ideia de que os direitos humanos devem ser assegurados independentemente das condições ambientais adversas.

Por sua vez, Almeida (2020) destaca que, em cenários de deslocamento forçado por eventos climáticos extremos, como enchentes e tempestades, idosos frequentemente enfrentam desafios acrescidos devido à mobilidade reduzida, menor acesso a redes de suporte e dependência de serviços públicos de assistência. Em tal cenário, uma abordagem de justiça climática deveria assegurar uma proteção reforçada para esses sujeitos, reconhecendo que a perda de uma residência segura e o enfraquecimento de redes sociais impactam desproporcionalmente os idosos. Ao discutir a necessidade de políticas públicas de resiliência que integrem a assistência social para os idosos, não só em cenários de emergência, mas como parte de um planejamento urbano de longo prazo, lembramos que poderíamos incluir habitação acessível em áreas menos vulneráveis a desastres naturais, programas de assistência às residências e iniciativas de integração social que garantam que os idosos não fiquem isolados em situações de crise.

Ao pensar a justiça climática ao contexto do envelhecimento, abrimos uma perspectiva ético-social mais ampla, ligando a proteção dos direitos humanos ao desenvolvimento de políticas públicas que respondam de forma sensível às mudanças climáticas. Isso coloca a terceira idade no centro de uma discussão mais ampla sobre vulnerabilidade e direitos,

reconhecendo que o acesso equitativo à segurança e à dignidade são componentes cruciais em cenários de crise ambiental.

### **3.2 Serviço Social frente à inclusão desse público-alvo**

O Serviço Social desempenha um papel crucial no atendimento aos idosos, promovendo sua reintegração à sociedade e garantindo seus direitos, conforme estabelecido no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). Esta legislação é um marco importante, pois visa assegurar a dignidade, a autonomia e a proteção dos direitos fundamentais dessa população, que, devido ao seu envelhecimento, se torna mais vulnerável a diversas situações de risco social e calamidade. Em Lajeado, a atuação do CEAPAC exemplifica como o poder público pode implementar medidas eficazes em situações de emergência. O CEAPAC se tornou um ponto de referência no atendimento aos idosos afetados pelas enchentes, oferecendo serviços essenciais, como a emissão de documentos perdidos, assistência habitacional e facilitação do acesso a benefícios sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Esses espaços participativos e deliberativos promovidos pelo CEAPAC possibilitam um aprendizado democrático valioso, fundamentado na convivência, interação e diálogo entre os atores da sociedade civil e do Estado. Neles, abre-se uma oportunidade concreta para o efetivo exercício da cidadania, permitindo que os idosos não apenas expressem suas demandas, mas também acompanhem e influenciem diretamente as ações e políticas públicas que afetam suas vidas. Para que o envolvimento das pessoas seja significativo, algumas condições são essenciais. Em primeiro lugar, é necessário que os participantes percebam a participação como ativa, viável e alcançável. Em segundo lugar, é importante que os limites de autoridade na tomada de decisão sejam claramente compreendidos e respeitados. Por fim, a participação deve ocorrer em um ambiente de abertura e confiança mútua, que encoraje a colaboração e o diálogo respeitoso entre todos os envolvidos (MARTINS; RIBEIRO, 2018).

Entretanto, a atuação do Serviço Social em contextos de calamidade enfrenta desafios significativos. A falta de recursos financeiros e humanos, a demora na reconstrução de habitações e a escassez de estruturas adequadas para atender às necessidades dos idosos são questões críticas que exigem atenção especial. Além disso, os impactos emocionais e físicos das tragédias enfrentadas — como a perda de lares e entes queridos — demandam uma abordagem sensível e personalizada por parte dos assistentes sociais.

A realidade dos idosos em situações de calamidade é complexa. Muitos deles já lidam

com limitações físicas e cognitivas que podem ser agravadas por condições adversas. Por isso, é imprescindível que os profissionais de Serviço Social não apenas implementem políticas de assistência, mas também promovam a escuta ativa, o acolhimento e a construção de um espaço seguro onde os idosos possam expressar suas angústias e necessidades.

Além disso, é fundamental que o Serviço Social busque articular redes de apoio que integrem diferentes esferas, como saúde, psicologia e educação, para proporcionar um atendimento holístico. A criação de programas que visem à reintegração social dos idosos, por meio de atividades comunitárias, terapias e oficinas de capacitação, pode ser uma estratégia eficaz para promover a inclusão e o fortalecimento dos vínculos sociais.

Portanto, o papel do Serviço Social frente à inclusão dos idosos é multidimensional, exigindo uma combinação de esforços que vão desde a assistência imediata até a promoção de condições que garantam a autonomia e a dignidade dessa população. O CEAPAC, ao atender às necessidades emergenciais dos idosos, representa um passo significativo, mas é necessário continuar investindo na formação de profissionais capacitados e em políticas públicas que realmente atendam às particularidades e complexidades dessa faixa etária, garantindo que todos os idosos possam viver com segurança e qualidade de vida, mesmo em momentos de crise.

Esse modelo participativo fomentou uma postura dialógica, envolvendo tanto a comunidade quanto os pesquisadores em uma troca significativa sobre questões comuns, como o medo das enchentes, a desmobilização social, o descaso governamental, cidadania e dignidade. A união e o afeto entre os moradores demonstraram-se fundamentais para a superação desses desafios, revelando que, embora as enchentes sejam percebidas principalmente como eventos negativos, elas também despertaram aspectos positivos, como a resiliência, a solidariedade e até momentos de descontração coletiva (MARTINS; RIBEIRO, 2018).

Esse enfrentamento conjunto revela que, apesar das adversidades, a comunidade desenvolveu uma forte capacidade de organização e de apoio mútuo, demonstrando resiliência diante de dificuldades estruturais. Essas estruturas representam uma rede de suporte essencial para a qualidade de vida dos idosos, refletindo um contexto onde a dignidade e a cidadania são reforçadas pelo acesso a bens e serviços que promovem o bem-estar coletivo. Contudo, foi ressaltado que as reivindicações organizadas ainda carecem de sistematização para terem maior impacto, o que reflete o desafio de transformar o apoio comunitário em ações políticas de longo prazo. Embora as demandas tenham sido encaminhadas aos órgãos municipais, ainda não houve retorno efetivo, evidenciando um descompasso entre a mobilização local e a resposta das instâncias governamentais (MARTINS; RIBEIRO, 2018).

Ao serem identificadas e valorizadas, essas interações tornam-se elementos de fortalecimento comunitário, onde os idosos são reconhecidos não apenas como destinatários de políticas públicas, mas como agentes de fortalecimento social num processo de aprendizagem contínua. Isso contribui para a criação de um ambiente resiliente, especialmente diante de adversidades como as enchentes, demonstrando que o apoio comunitário e as redes de sociabilidade locais podem, em muitos casos, preencher lacunas deixadas pela atuação insuficiente dos órgãos governamentais. Os idosos formam o que se pode chamar de *comunidades da velhice* (MARTINS; RIBEIRO, 2018). Essas áreas são marcadas pela migração dos jovens e pela permanência de pessoas idosas, fortemente ligadas às suas raízes e à história local. A saída dos filhos e parentes deixa não apenas um vazio afetivo, mas também resulta em um alto custo para a manutenção daqueles que ficam, além de trazer consigo os desafios da solidão, do isolamento e das dificuldades associadas ao declínio gradual da capacidade funcional. Esses espaços, compostos majoritariamente por idosos, enfrentam uma pressão crescente para prover apoio e infraestrutura adequados a essa população, que, além de necessitar de atenção específica, vivencia um afastamento gradual do convívio familiar cotidiano. Assim, a manutenção de uma vida digna e ativa nas *comunidades da velhice* depende de políticas públicas inclusivas e de uma rede comunitária que possa mitigar os impactos físicos, emocionais e sociais desse cenário de isolamento.

Apontamos as formações coletivas, idealizadas e realizadas pelos atores sociais em parceria com o CEAPAC, como alternativas para a busca e exercício dos direitos de cidadania. Ações diretas, como a criação de postos de trabalho, surgem como resposta à ausência de apoio, proporcionando aos idosos a chance de recomeçar a partir das atividades laborais com as quais já tinham familiaridade. Demandas por escolas, espaços de lazer, pavimentação de ruas, moradia, saneamento básico, serviços de água e energia, posto de saúde e uma horta comunitária são pautas centrais de discussão. Muitas dessas reivindicações, narrativas e questionamentos mostram-se viáveis e podem, de fato, ser implementadas para atender às necessidades locais, especialmente em episódios de mudanças climáticas que influenciam o ser e a atenção à terceira idade em todos os aspectos.

#### **4 Considerações finais**

Este artigo evidenciou os inúmeros desafios enfrentados pelos idosos de Lajeado após a enchente de 2024, destacando a importância de políticas públicas alinhadas ao Serviço Social

atuante. A inclusão social e a garantia de direitos para a população idosa, especialmente em situações de calamidade, são fundamentais para assegurar uma velhice digna e a promoção do envelhecimento ativo com o incentivo da socialização, que dialoga permanentemente com o bem-estar nessa fase da vida. A pesquisa sugere que, além das respostas emergenciais, é necessário o fortalecimento de políticas preventivas e de infraestrutura urbana que minimizem os efeitos de futuros desastres naturais. A perspectiva de envelhecimento saudável deve ser integrada a políticas de planejamento urbano e resiliência climática, promovendo uma convivência mais segura e equitativa para todos. O presente artigo abordou a situação dos idosos afetados pelas enchentes no município de Lajeado/RS, destacando a intersecção entre envelhecimento populacional, vulnerabilidades sociais e políticas de assistência social. A análise interpretativa evidencia que a população idosa, especialmente em contextos de calamidade, enfrenta desafios significativos que vão além da perda de bens materiais, incluindo impactos diretos em sua saúde, autonomia e dignidade. As pesquisas revisadas, embora relevantes, revelam uma lacuna significativa na literatura sobre o impacto específico das calamidades, como enchentes, na vida dos idosos. Essa ausência de estudos direcionados ressalta a necessidade urgente de um olhar mais atento e especializado nas políticas públicas voltadas para essa população, que é cada vez mais vulnerável a desastres naturais, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre ações com esse público que estimulem o interesse de novos participantes para composição ou renovação do bem-estar nessa fase da vida.

Conforme discutido, é imperativo que as políticas de assistência social sejam fortalecidas e adaptadas para atender as necessidades específicas dos idosos em situações de emergência, para não recaírem no isolamento. O desenvolvimento de estratégias pela cooperação e preocupação de uns com os outros que promovam a resiliência, a inclusão social e a proteção dos direitos dos idosos deve ser uma prioridade nas agendas públicas. Além disso, a promoção da interdisciplinaridade entre áreas como saúde, psicologia e serviço social pode contribuir para a elaboração de abordagens mais eficazes e humanizadas no atendimento a essa população. Portanto, foi um chamado à ação para que pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais da assistência social se unam em esforços conjuntos para melhorar a qualidade de vida dos idosos em contextos de calamidade. É essencial que novas pesquisas sejam realizadas para entender as especificidades da experiência dos idosos em desastres e para formular respostas adequadas que garantam a dignidade e a proteção dessa parcela da população. A resiliência da população idosa diante das adversidades não deve ser subestimada; ao contrário, deve ser reconhecida em processos comunicativos nas comunidades da velhice e apoiada por políticas públicas que considerem sua complexidade e diversidade. Somente assim,

poderemos construir comunidades mais justas e solidárias, onde todos, independentemente da idade, possam viver com dignidade e segurança, mesmo em tempos de crise.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Lima. O Envelhecimento e as Mudanças Climáticas: Desafios para a Assistência Social no Brasil. **Cadernos de Assistência Social**, v. 15, p. 23-38, 2020.

ALVARENGA, Selma Vieira de. **A inserção social de idosos dos bairros periféricos do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Record/000038890>>. Acesso em: 8 out. 2024.

BARBOSA, Fernanda de Lima. **O envelhecimento da população e as políticas sociais: desafios e possibilidades**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Record/000038765>. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm). Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 abr. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm). Acesso em: 8 out. 2024.

CONTE, Elaine; OURIQUE, Maiane Liana H.; BASEGIO, Antônio Carlos. Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 16-24, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698163600> Acesso em: 8 out. 2024.

COSTA, Maria Carolina dos Santos. **Habitação social para terceira idade: diálogo entre padrões culturais e moradia adequada**. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Disponível em: <<http://www.btdt.ibict.br/vufind/Record/000039171>>. Acesso em: 8 out. 2024.

GALVÃO, Flávio Gikovate. **A Questão Climática e os Direitos Humanos: Da Sustentabilidade ao Envelhecimento Social no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MARTINS, Simone; RIBEIRO, Andréia Queiroz (orgs.). **Envelhecimento ativo: das ações à política**. Viçosa: IPPDS, 2018.

MARTINS, Juliana Costa. **O papel da assistência social na proteção dos direitos dos idosos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://www.btdt.ibict.br/vufind/Record/000039135>. Acesso em: 8 out. 2024.

NOBRE, Edna Luiza. **A assistência social como instrumento de inclusão social: benefício de prestação continuada e Bolsa Família**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <<http://www.btdt.ibict.br/vufind/Record/000038919>>. Acesso em: 8 out. 2024.

PEREIRA, Tatiane Aparecida Ribas. **A proteção dos idosos por meio dos benefícios de seguridade social substitutivos da renda: um estudo de direito comparado entre Brasil e Chile**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<http://www.btdt.ibict.br/vufind/Record/000039112>>. Acesso em: 8 out. 2024.

PREFEITO DE LAJEADO. **Decreto nº 11.239, de 27 de setembro de 2021**. Autoriza concessão de benefício financeiro às famílias atingidas por desastres naturais no município.

Diário Oficial de Lajeado, RS, 28 set. 2021.

SILVA, Ana Paula Ferreira da. **Desafios na efetivação das políticas públicas para o idoso em Viçosa-MG**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: <http://www.bdt.d.ibict.br/vufind/Record/000038882>. Acesso em: 8 out. 2024.

SOUZA, Mateus Lopes de et al. Mortality and risks related to alcohol use disorders in Brazil: a comprehensive nationwide case-series from 2000 to 2018. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 26, e230013, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/VrsxSYBzzCVwVfRGfzR8t8r/?lang=en>. Acesso em: 8 out. 2024.

SOUZA, Felipe Almeida de. **A vulnerabilidade social de idosos em contextos de calamidade**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <http://www.bdt.d.ibict.br/vufind/Record/000039214>. Acesso em: 8 out. 2024.